



**MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO PARAÍSO - PR**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 019/2026**

(Processo Administrativo nº 054/2026)

Torna-se público que o(a) Município de Bela Vista do Paraíso – PR, por meio do(a) setor de Licitações e Contratos, sediado(a) à Rua Joaquim Ladeia, nº 150, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, SISTEMA REGISTRO DE PREÇO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#) e Decreto Municipal n.º 057/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**DATA E HORÁRIO DA SESSÃO:** 01 de junho de 2026 - (01/06/2026) ÀS 09:00 horas (**Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF**).

**DATA E HORÁRIO LIMITE PARA ENCAMINHAR AS PROPOSTAS:** As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até: 01 de junho de 2026 - (01/06/2026) ÀS 09:00 horas.

**LOCAL:** [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) – UASG 987453 - **PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO PARAÍSO - PR**, e [www.pmbvista.pr.gov.br](http://www.pmbvista.pr.gov.br), na aba **Licitações** no qual o edital está disponível para “download”.

**1. DO OBJETO**

O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus para atender a necessidade dos veículos da frota dos Departamentos do Município de Bela Vista do Paraíso/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será realizada em 58 (cinquenta e oito) itens.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para os itens em que a participação for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, tendo em vista a baixa complexidade e a dificuldade de se dividir em quotas o objeto;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento da pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. A vedação à participação do autor dos projetos e da empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. A vedação de participação do agente público do órgão ou entidade licitante estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração de que trata o item anterior sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:



3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1. Valor unitário e total do item;**

4.1.2. Marca;

4.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Em se tratando de obras e serviços, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais de tributos estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o



compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Quando da desclassificação da proposta, esta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 0,01 (um centavo)*.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa ABERTO E FECHADO.

5.12. Para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.





5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no Estado do Paraná;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.





5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos de Habilitação.**

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

d) Impedidos de licitar, mantido pelo TCE/PR.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com as declarações de que trata a Lei.



6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.**

7.2 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.3 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.4 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.5.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.6 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.6.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.7 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.7.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf e tiverem sido anexados até a abertura da sessão, deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, juntamente com a proposta ajustada, nos termos do item 5.**

7.8 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.8.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.9 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:



7.9.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.9.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.10 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.11 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **Erro! Fonte de referência não encontrada..**

7.12 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.13 As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, a qual somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico, no endereço [www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br).

## **9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.2.2. Na hipótese de convocação feita por e-mail, dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

10.1. O objeto da licitação será adjudicado e homologado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade superior, constatada a regularidade dos atos praticados.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1 Os valores das melhores propostas por Item serão registrados na ordem de classificação na licitação.

11.2 A Administração Municipal convocará o adjudicatário classificado em primeiro lugar para, dentro do prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar da data de recebimento da notificação, **assinar a Ata de**



**Registro de Preços**, cuja minuta integra este Edital, sob pena de decair do direito ao registro de preços, podendo, ainda, sujeitar-se à penalidade estabelecida neste edital.

11.3 O prazo para a assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Municipal.

11.4 No ato da assinatura da Ata, o adjudicatário classificado em primeiro lugar se obriga a apresentar procuração ou contrato social e cédula de identificação.

11.5 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá convocar os adjudicatários remanescentes, na ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços ao respectivo percentual registrado, na seguinte hipótese:

11.5.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

11.5.2 quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

11.6 Os adjudicatários convocados terão o mesmo prazo estabelecido para o primeiro colocado, para assinar a Ata de Registro de Preços com o saldo do valor estimado para o lote e o período remanescente da Ata anterior.

11.7 Os detentores das Atas não se eximirão das penalidades correspondentes, na hipótese de inexecução contratual.

11.8 A existência do preço registrado não obriga o Município a firmar as contratações que dele poderão advir, caso o preço não se demonstre vantajoso, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurada à detentora da Ata de Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

11.9 A ata de registro de preços terá vigência de 1 (um) ano, podendo, a critério da Administração, ser prorrogada por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

11.9.1 Esgotados os quantitativos da ata de registro de preços antes do escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o reestabelecimento do quantitativo inicial.

11.10 A presente licitação, operada por sistema de registro de preços, estabelecerá ata de registro de preços permanente, com a possibilidade de ingresso de novos fornecedores, a qualquer tempo, mediante pedido do interessado acompanhado da sua proposta e dos documentos exigidos na fase de seleção do fornecedor.

11.11 O órgão gerenciador da ata de registro de preços julgará o pedido de inclusão em até 10 (dez) dias úteis, abrindo prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de divulgação da decisão, para interposição de recurso e contrarrazões em igual prazo.

11.12 O órgão gerenciador deverá julgar os recursos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

11.13 O registro de novos fornecedores na ata de registro de preços será realizado segundo a ordem cronológica de ingresso, e somente será aceito de a proposta não for superior ao preço registrado pelo primeiro colocado.



## **12 DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SEU REAJUSTAMENTO**

12.1 Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

12.1.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021;

12.1.2 decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

12.1.3 resultante de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados.

12.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

12.2.1 Caso o fornecedor que não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

12.2.2 Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

12.2.3 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12.3 No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

12.3.1 Para fins do disposto no *item anterior*, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

12.3.2 Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.

12.3.3 Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

12.3.4 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12.3.5 Na hipótese de comprovação do disposto no caput e no §1º, o gerenciador procederá a atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

12.4 Na prorrogação da ata de registro de preços de vigência de 1 (um) ano, por igual período, e, no seu aniversário, será realizada sua atualização monetária.





### **13 DO CANCELAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

13.1 O fornecedor terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

13.1.1 A pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior.

23.1.2 Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;

23.1.3 Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

13.1.2 Por iniciativa da Contratante, quando:

I - Não cumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços, a que estiver vinculado;

II - Não retirar a respectiva nota de empenho e/ou não formalizar o contrato decorrente do Registro de Preços, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III- não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV- sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 156 da Lei 14.133/2021.

### **14 – DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL OU TERMO EQUIVALENTE**

14.1 Assinada a Ata de Registro de preços, o adjudicatário poderá ser convocado para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, assinar o contrato ou termo equivalente, podendo, contudo ser prorrogado, a critério do Município, quando solicitado e justificado o motivo pelo proponente.

14.1.1 O prazo previsto neste item poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceito pela Administração.

14.2 O contrato ou termo equivalente será encaminhado no e-mail constante do sistema e será considerado lido no prazo de 02 (dois) dias úteis da data de envio.

### **15 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;



- 15.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 15.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 15.1.2.4 deixar de apresentar amostra;
- 15.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 15.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 15.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 15.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 15.1.5 fraudar a licitação;
- 15.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 15.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 15.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 15.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 15.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 15.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 15.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 15.2.1 advertência;
  - 15.2.2 multa;
  - 15.2.3 impedimento de licitar e contratar e
  - 15.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 15.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 15.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 15.3.2 as peculiaridades do caso concreto
  - 15.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 15.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública



15.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 20% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 **(quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1 Para as infrações consistentes em: deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame; não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; deixar de apresentar amostra, apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, a multa será de 0,5% a 10% do valor do contrato licitado.

15.4.2 Para as infrações consistentes em: apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação; fraudar a licitação; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra falsificada ou deteriorada; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013, a multa será de 10% a 20% do valor do contrato licitado.

15.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas consistentes em: deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame; não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra; apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das seguintes infrações: apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação; fraudar a licitação; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra falsificada ou deteriorada; praticar atos



ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013, bem como pelas infrações administrativas previstas no item anterior que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, consistente em não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos casos em que a garantia for exigida.

15.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11 Caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis da aplicação das sanções de advertência e multa e 15 (quinze) dias úteis da sanção de impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **16 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

16.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



16.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados pelo e-mail [licitacao@pmbvista.pr.gov.br](mailto:licitacao@pmbvista.pr.gov.br) ou devidamente protocolado à Rua Joaquim Ladeia, 150, Centro, Bela Vista do Paraíso/Paraná – Telefone: (043) 3242.8110.

16.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **17 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

17.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício 2026.

## **18 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.8 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



Município de  
**Bela Vista  
do Paraíso**

18.9 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal de Transparência e endereço eletrônico [licitacao@pmbvista.pr.gov.br](mailto:licitacao@pmbvista.pr.gov.br).

18.10 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

18.10.1 ANEXO I - Termo de Referência

18.10.1.1 Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

18.10.2 ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços

18.10.3 ANEXO III – Declaração Contendo Informações para Fins de Assinatura e Execução do Contrato.

18.10.4 ANEXO IV – Modelo de Declaração Unificada.

18.10.5 ANEXO V – Modelo de Proposta Unificada.

Bela Vista do Paraíso, 07 de maio de 2026

Fabício Pastore  
Prefeito Municipal



**TERMO DE REFERÊNCIA  
PREGÃO ELETRÔNICO  
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO PARAÍSO**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Registro de preço para futura e eventual aquisição de pneus para atender a demanda de veículos pertencentes à frota do Município de Bela Vista do Paraíso/PR, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

<u>Item</u>	<u>Descritivo</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor Unitário</u>	<u>Valor Total</u>
01	PNEU 175/70R13 COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 82, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	48	R\$ 364,92	R\$ 17.516,16
02	PNEU 175/65R14 COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 82, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	80	R\$ 359,18	R\$ 28.734,40
03	PNEU 175/70R14 PARA AUTOMÓVEL COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 84, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	28	R\$ 395,17	R\$ 11.064,76
04	PNEU 175/70R14 PARA UTILITÁRIO, COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	96	R\$ 461,39	R\$ 44.293,44
05	PNEU 185/65R14 COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 86, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	104	R\$ 439,54	R\$ 45.712,16





06	PNEU 185/70R14 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	48	R\$ 467,29	R\$ 22.429,92
07	PNEU 185/60R15 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 84, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	12	R\$ 492,66	R\$ 5.911,92
08	PNEU 185/65R15 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	72	R\$ 495,04	R\$ 35.642,88
09	PNEU 195/55R15 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 85, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	24	R\$ 455,12	R\$ 10.922,88
10	PNEU 195/75R16 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	48	R\$ 1.009,54	R\$ 48.457,92
11	PNEU 185R14 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	12	R\$ 726,21	R\$ 8.714,52
12	PNEU 205/75R16 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	16	R\$ 912,60	R\$ 14.601,60
13	PNEU 215/65R16 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE	08	R\$ 667,67	R\$ 5.341,36



	CARGA 98, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.			
14	PNEU 225/65R16 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	08	R\$ 1.256,73	R\$ 10.053,84
15	PNEU 195/75R16C COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	12	R\$ 918,64	R\$ 11.023,68
16	PNEU 225/75R16 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	48	R\$ 1.306,75	R\$ 62.724,00
17	PNEU 215/75R17.5 DESENHO DIRECIONAL, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	40	R\$ 1.328,00	R\$ 53.120,00
18	PNEU 215/75R17.5 DESENHO DIRECIONAL, PARA UTILIZAÇÃO PREDOMINANTE EM ESTRADAS PAVIMENTADAS, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	117	R\$ 1.394,25	R\$ 163.127,25
19	PNEU 215/75R17.5 DESENHO DIRECIONAL, PARA UTILIZAÇÃO PREDOMINANTE EM ESTRADAS PAVIMENTADAS, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE	39	R\$ 1.394,25	R\$ 54.375,75



VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

**(QUOTA DO ITEM 18)**

20	PNEU 235/75R17,5 TIPO RADIAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 130, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	16	R\$ 1.611,60	R\$ 25.785,60
21	PNEU 1000R20 BORRACHUDO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	10	R\$ 2.860,47	R\$ 28.604,70
22	PNEU 1000R20, LISO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	10	R\$ 2.549,20	R\$ 25.492,00
23	PNEU 275/80R22.5 TIPO RADIAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 18 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	132	R\$ 2.699,22	R\$ 356.297,04
24	PNEU 275/80R22.5 TIPO RADIAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 18 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. <b>(QUOTA DO ITEM 23)</b>	44	R\$ 2.699,22	R\$ 118.765,68



25	PNEU 275/80R22.5 TIPO RADIAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, PARA UTILIZAÇÃO PREDOMINANTE EM ESTRADAS PAVIMENTADAS, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	25	R\$ 2.826,15	R\$ 70.653,75
26	PNEU 275/80R22.5 TIPO RADIAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, PARA UTILIZAÇÃO PREDOMINANTE EM ESTRADAS PAVIMENTADAS, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. <b>(QUOTA DO ITEM 25)</b>	09	R\$ 2.826,15	R\$ 25.435,35
27	PNEU 750-16 PARA TRATOR, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, DESENHO DIRECIONAL, 2 OU 3 RAIAS, COM NO MÍNIMO 8 LONAS, APROVADO PELO INMETRO , GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	12	R\$ 972,68	R\$ 11.672,16
28	PNEU 10.16.5 PARA BOB CAT, COM NO MÍNIMO 12 LONAS.	12	R\$ 2.206,33	R\$ 26.475,96
29	PNEU 12-16.5 PARA MINICARREGADEIRA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIN14652)	08	R\$ 2.135,09	R\$ 17.080,72
30	PNEU 12.5/80-18 PARA RETROESCAVADEIRA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 16 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	16	R\$ 2.466,33	R\$ 39.461,28
31	PNEU 1400-24 PARA RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, 16 LONAS, DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	16	R\$ 4.492,00	R\$ 71.872,00
32	PNEU 1400-24 PARA RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORA, TIPO DIAGONAL OU	08	R\$ 4.492,00	R\$ 35.936,00



	CONVENCIONAL, 16 LONAS, DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. <b>(QUOTA DO ITEM 31)</b>			
33	PNEU 12.4-24, AGRÍCOLA, MÍNIMO 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	04	R\$ 2.483,25	R\$ 9.933,00
34	PNEU 19.5-24, AGRÍCOLA, COM NO MÍNIMO 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	08	R\$ 5.618,75	R\$ 44.950,00
35	PNEU 17.5-25 COM CÂMARA E PROTETOR, L3, COM NO MÍNIMO 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	14	R\$ 5.984,00	R\$ 83.776,00
36	PNEU 23.1-26 R1 PARA TRATOR E COLHEITADEIRA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	8	R\$ 7.079,17	R\$ 56.633,36
37	PNEU 23.1-26 R1 PARA TRATOR E COLHEITADEIRA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. <b>(QUOTA DO ITEM 36)</b>	4	R\$ 7.079,17	R\$ 28.316,68
38	PNEUS 1400 – 24, 16 LONAS PARA MOTONIVELADORA, COM LARGURA NA BANDA DE RODAGEM MÍNIMA DE 33 CM, GARRA LARGA DE 7 CM DE LARGURA E 3 CM DE PROFUNDIDADE PARA USO COM CAMARA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, COM SELO E REGISTRO INMETRO.	18	R\$ 4.773,60	R\$ 85.924,80
39	PNEUS 1400 – 24, 16 LONAS PARA MOTONIVELADORA, COM LARGURA NA BANDA DE RODAGEM MÍNIMA DE 33 CM, GARRA LARGA DE 7 CM DE LARGURA E 3 CM DE PROFUNDIDADE PARA USO COM CAMARA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, COM SELO E REGISTRO INMETRO. <b>(QUOTA DO ITEM 38)</b>	06	R\$ 4.773,60	R\$ 28.641,60
40	PNEU 7.50R16 FRISADO AGRÍCOLA 10 LONAS, PRODUTO NOVO, GARANTIA DE 5	08	R\$ 920,60	R\$ 7.364,80



ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, COM SELO E REGISTRO INMETRO.				
41	PNEU 175/75 R13, RADIAL, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 82, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	12	R\$ 281,50	R\$ 3.378,00
42	PNEU 175/75 R14 RADIAL, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 82, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	12	R\$ 332,97	R\$ 3.995,64
43	PNEU 185/60 R14RADIAL, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 82, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	12	R\$ 433,00	R\$ 5.196,00
44	PNEU 195/65 R16, ESTRUTURA: PNEU RADIAL, ADERÊNCIA: A, TEMPERATURA: A, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 104, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	12	R\$ 789,35	R\$ 9.472,20
45	PNEU 20.5-25, COM ANEL, 16 LONAS, PNEU 20.5-25 16 LONAS; CONSTRUÇÃO: DIAGONAL; TIPO: SEM CÂMARA; APLICAÇÃO: TERRA; COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 174, ÍNDICE DE VELOCIDADE B, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	08	R\$ 10.138,20	R\$ 81.105,60
46	PNEU 20X10-10 CORTADOR DE GRAMA, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 93, ÍNDICE DE VELOCIDADE A3, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 7,6MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	04	R\$ 516,61	R\$ 2.066,44



47	PNEU 215/55 R17, RADIAL, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	32	R\$ 750,14	R\$ 24.004,48
48	PNEU 215/80 R16, SEM CÂMARA, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	12	R\$ 969,25	R\$ 11.631,00
49	PNEU 285/70 R19.5, RADIAL, SEM CAMARA, 18 LONAS, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 150/148, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	12	R\$ 1.568,01	R\$ 18.816,12
50	PNEU 295/80 R 22.5 RADIAL, BORRACHUDO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 152/148, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	34	R\$ 3.052,93	R\$ 103.799,62
51	PNEU 295/80 R 22.5 RADIAL, BORRACHUDO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 152/148, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. <b>(QUOTA DO ITEM 51)</b>	12	R\$ 3.052,93	R\$ 36.635,16
52	PNEU 295/80 R.22.5 TRAÇÃO MISTO, 18 LONAS, RADIAL, BORRACHUDO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 151, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	34	R\$ 3.041,40	R\$ 103.407,60
53	PNEU 295/80 R.22.5 TRAÇÃO MISTO, 18 LONAS, RADIAL, BORRACHUDO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 151, ÍNDICE DE	12	R\$ 3.041,40	R\$ 36.496,80





	VELOCIDADE K, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. <b>(QUOTA DO ITEM 52)</b>			
54	PNEU 295/80 R22,5, TIPO DE VEÍCULOS: CAMINHÕES; 16 LONAS; CONSTRUÇÃO RADIAL LISO; COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 22MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	34	R\$ 2.839,61	R\$ 96.546,74
55	PNEU 295/80 R22,5, TIPO DE VEÍCULOS: CAMINHÕES; 16 LONAS; CONSTRUÇÃO RADIAL LISO; COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 22MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. <b>(QUOTA DO ITEM 54)</b>	12	R\$ 2.839,61	R\$ 34.075,32
56	PNEU 7.50-16, LISO, 10 LONAS, CONSTRUÇÃO: DIAGONAL; TIPO: COM CÂMARA; APLICAÇÃO: TODO TERRENO. COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 116, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	12	R\$ 1.040,31	R\$ 12.483,72
57	PNEU AGRÍCOLA 18.4-30, 12 LONAS, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE VELOCIDADE A8, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	04	R\$ 5.145,09	R\$ 20.580,36
58	PNEU 11X6.00-5, NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO, ECOLÓGICO OU SIMILAR. COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE A8, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	04	R\$ 551,61	R\$ 2.206,44



1.2. Os objetos desta contratação não se enquadram como sendo de bens de luxo, sendo caracterizados como comuns.

1.2.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

## **2. DA RESERVA DE COTA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS — IMPOSSIBILIDADE DE DIVISÃO EXATA E CRITÉRIO DE ARREDONDAMENTO ADOTADO**

2.1. A Lei Complementar nº 123/2006, em seu art. 48, inciso III, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, determina que, nos itens de valor estimado acima de oitenta mil reais, a Administração Pública deverá estabelecer cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

2.2. O presente processo envolve itens cujo quantitativo, quando submetido à divisão matemática na proporção de 75% para ampla concorrência e 25% para cota reservada, não resulta em números inteiros — gerando frações decimais ou números ímpares insuscetíveis de divisão exata. Tal situação decorre da natureza do objeto: pneus são bens indivisíveis por unidade, de modo que não é possível reservar, por exemplo, 0,5 (meio) pneu ou 0,25 (um quarto) de pneu para qualquer das cotas.

2.3. A impossibilidade de divisão exata não afasta a obrigatoriedade de reserva de cota, mas tampouco permite que a Administração ignore a realidade matemática imposta pela indivisibilidade do bem. A solução juridicamente adequada é o arredondamento dos quantitativos, critério aceito pela doutrina e pela jurisprudência dos Tribunais de Contas, observadas as seguintes diretrizes:

2.4. Quando a aplicação do percentual de 25% resultar em fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), o quantitativo reservado à cota de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais será arredondado para o número inteiro imediatamente superior. Quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos), o arredondamento será feito para o número inteiro imediatamente inferior, desde que o quantitativo resultante não seja igual a zero — hipótese em que prevalecerá o mínimo de uma unidade reservada à cota.

2.5. Esse critério preserva a finalidade do instituto — assegurar participação efetiva das empresas de menor porte no certame — sem impor à Administração uma divisão matematicamente impossível, e sem comprometer o atendimento integral da necessidade pública, que permanece garantido pelo quantitativo destinado à ampla concorrência.

2.6. O Tribunal de Contas da União, ao examinar situações análogas, assentou que a reserva de cota deve ser implementada de forma a garantir sua efetividade prática, admitindo



ajustes de arredondamento quando a divisão exata for inviável em razão da natureza indivisível do objeto, desde que devidamente justificada nos autos e que o percentual reservado não se afaste substancialmente do patamar legal de 25% (TCU, Acórdão nº 1.565/2021 — Plenário; Acórdão nº 2.552/2023 — Plenário).

2.7. Registra-se, por fim, que os arredondamentos realizados foram aplicados de forma uniforme a todos os itens sujeitos à reserva de cota, com critério objetivo e consistente, conforme demonstrado na planilha de itens anexa ao presente processo. A metodologia adotada foi a que mais se aproxima da proporção legal, garantindo isonomia de tratamento entre os itens e transparência na formação dos lotes. A única exceção é o item 45, vez que o mesmo atende a veículos que utilizam 04 pneus iguais e a divisão deixaria a cota de reserva com 02 pneus apenas, o que não atenderia ao município.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deve ser atendido o seguinte requisito, que se baseia na Resolução CONAMA nº 416/2009 e a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos): impõem  
ao fabricante e ao importador a obrigação de coletar e dar destinação ambientalmente adequada aos pneus inservíveis:

4.1.1. Apresentar a comprovação de regularidade junto ao IBAMA quanto ao cumprimento das metas de destinação de pneus inservíveis, por meio de Certidão de Regularidade do Cadastro Técnico Federal;



4.1.2 Recolher os pneus inservíveis substituídos pela frota municipal, sem ônus adicional para a Administração, encaminhando-os para destinação ambientalmente correta. Indicação de marcas ou modelos.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

5.2. Na presente contratação será admitida a indicação das seguintes marcas e características, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares, que se embasam no Decreto Municipal nº 65/2025, procedimento de pré-qualificação de marcas de pneus formalizado por meio do Edital nº 9/2025 (Processo Administrativo nº 38/2025), homologado em 6 de outubro de 2025:

4.2.1 Continental, Pirelli, Goodyear, Bridgestone, Firestone, Dunlop, Michelin, Titan, Advance, Maggion, Ascenso, Anteo e BKT, com Índice Treadwear de 300 ou superior e Resistência ao Rolamento e Aderência no Molhado: D ou superior.

4.2.2 A indicação de outras marcas acarretará a desclassificação imediata para o item.

#### **Da exigência de amostra**

5.3. Não será exigida amostra.

#### **Subcontratação**

5.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

5.5. Não será exigida garantia da contratação.

### **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 dias corridos, contados da emissão da solicitação do departamento requisitante.

6.2. O produto a ser entregue deverá ser: pneu novo, sem recauchutagem, recapagem, remoldagem ou remanufatura de qualquer natureza, com prazo de fabricação não superior a 6 meses no momento da entrega, certificação compulsória do INMETRO, com selo visível no flanco do pneu.



6.3. A prefeitura não paga frete para entregas, sendo esta despesa arcada pela empresa contratada.

6.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.5. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: R. Joaquim Ladeia, 150 - Centro, Bela Vista do Paraíso - PR, 86130-000.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

6.6. O prazo de garantia contratual dos bens será de 5 (cinco) anos, contado a partir do recebimento definitivo.

6.7. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6.8. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

6.9. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

6.10. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

6.11. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

6.12. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

6.13. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.



6.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

6.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **7. DOCUMENTAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO**

7.1. Juntada de Informativo, catálogos, cartilha ou qualquer outro documento, em língua portuguesa ou traduzido pelos órgãos oficiais, que demonstre especificações técnicas e instruções de uso do produto, com o intuito de esclarecer dúvidas quanto à adequação do objeto apresentado na proposta e o objeto do certame, com demonstração dos índices de carga e velocidade mínimos;

7.2. Certificação INMETRO que demonstre Resistência ao Rolamento e Aderência no Molhado: D ou superior.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



8.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

8.5.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.5.2. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.5.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.5.4. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.5.5. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

8.5.6. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

## **9. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

### **Recebimento do Objeto**

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, em até 05 (cinco) dias úteis do ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.





9.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

9.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.8. A Administração deverá realizar consulta: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.9. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.11. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

### **Prazo de pagamento**



9.13. O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

9.14. No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias úteis pelo Contratante, a contar do recebimento definitivo, e desde que o atraso não ocorra por conta do contratado, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *INPC* de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

9.15. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

### **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por ITEM, por se tratar de bem COMUM.

#### **Exigências de habilitação**

10.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

10.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.5. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato



constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

10.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

10.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.12. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.13. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.14. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Técnica**

9.15 Certidão de regularidade junto ao IBAMA quanto à destinação de pneus inservíveis;



## **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. *O custo estimado total da contratação é de R\$: 2.458.758,16 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, setecentos e cinquenta e oito reais, dezesseis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela em anexo.*

### **FISCAL DO CONTRATO:**

Ass: ANA BEATRIS MARTINS NOGUEIRA

Bela Vista do Paraíso, 30 de abril de 2026.

**Elaborado por:**

**AUREA MARINHO**

APOIO ADMINISTRATIVO- CONTRATO 031-2025

**Aprovado por:**

**ADAUTO BATISTA DE ANDRADE**

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR SIMPLIFICADO - LEI Nº 14.133/2021

### Área Requisitante

Departamento de Administração

### Descrição da necessidade (qual o problema a ser resolvido; o que justifica esta contratação)

#### 1. Da necessidade e do problema a ser resolvido

O Município de Bela Vista do Paraíso mantém frota de veículos e equipamentos destinados à execução de serviços públicos essenciais, cuja operação regular depende da conservação adequada dos rodantes. A substituição periódica de pneus constitui exigência operacional inafastável: o estado dos pneus interfere diretamente na segurança dos condutores, na eficiência dos veículos e na preservação do patrimônio público municipal.

Identificou-se, contudo, problema estrutural recorrente nas aquisições de pneus realizadas sem critério prévio de qualidade: a ausência de parâmetros técnicos objetivos favorece a aquisição de produtos de desempenho incerto, com reduzida durabilidade e risco potencial de acidentes, o que, ao final, impõe ao erário ônus superior ao que resultaria da aquisição de produtos tecnicamente reconhecidos. A solução adotada foi a instauração de procedimento prévio de pré-qualificação de bens, com o objetivo de delimitar, antes da licitação, o universo de marcas que atendem aos padrões técnicos exigidos pelo Município.

#### 2. Da justificativa

A Lei nº 14.133/2021 prevê expressamente, em seu art. 78, § 1º, inciso II, a possibilidade de pré-qualificação de bens, modalidade destinada à qualificação técnica de produtos previamente à licitação. Trata-se de instituto que permite à Administração Pública verificar, em processo anterior e autônomo, quais bens satisfazem os requisitos técnicos de qualidade por ela estabelecidos, habilitando apenas esses produtos para as contratações subsequentes.

Em cumprimento a esse dispositivo e ao Decreto Municipal nº 65/2025, o Município instaurou o procedimento de pré-qualificação de marcas de pneus, formalizado por meio do Edital nº 9/2025 (Processo Administrativo nº 38/2025). A chamada pública foi amplamente divulgada e aberta à participação de todos os interessados, em observância à exigência de publicidade e isonomia que orienta o instituto. O procedimento foi homologado em 6 de outubro de 2025, com a pré-qualificação das seguintes marcas: Continental, Pirelli, Goodyear, Bridgestone, Firestone, Dunlop, Michelin, Titan, Advance, Maggion, Ascenso, Anteo e BKT.

A questão central a ser enfrentada é a compatibilidade entre a restrição da futura licitação às marcas pré-qualificadas e o princípio da competitividade, consagrado no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. A resposta, tanto no plano legal quanto no doutrinário e jurisprudencial, é inequivocamente positiva.

A Lei nº 14.133/2021 não veda, de forma absoluta, a indicação de marcas no processo de contratação pública. O que se proíbe, nos termos do art. 40 da Lei, é a adoção de especificações que restrinjam injustificadamente a competição. O advérbio "injustificadamente" é decisivo: a restrição tecnicamente fundamentada, decorrente de processo aberto e isonômico, não configura direcionamento ilícito do certame.

A pré-qualificação realizada pelo Município percorreu exatamente esse caminho. Ao abrir a chamada pública a todos os fabricantes e distribuidores interessados, conferiu igualdade de oportunidades



para que qualquer marca demonstrasse a qualidade de seus produtos. A competição, nesse modelo, ocorre em dois momentos distintos e complementares: primeiro, entre as marcas, no âmbito da pré-qualificação — processo técnico e isonômico; depois, entre os fornecedores das marcas aprovadas, no âmbito da licitação — disputa de preços. O resultado é que a limitação posterior às marcas aprovadas não é arbitrária: é a consequência jurídica natural e esperada de um processo regular, previsto em lei e observado em todos os seus requisitos.

Marçal Justen Filho, ao comentar o art. 78 da Lei nº 14.133/2021, sublinha que a pré-qualificação de bens tem precisamente essa função: delimitar o universo de produtos tecnicamente aptos antes da instauração do certame, de modo a que a disputa de preços não recaia sobre bens de qualidade incerta ou incompatível com a necessidade pública. O autor destaca que o instituto representa avanço significativo em relação ao regime da Lei nº 8.666/1993, por conferir maior segurança jurídica à Administração e maior previsibilidade ao mercado fornecedor (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei nº 14.133/2021. Belo Horizonte: Fórum).

No mesmo sentido, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes observa que a legitimidade da restrição por marca, quando precedida de pré-qualificação regular, decorre da própria lógica do sistema: a competição ampla já ocorreu na fase anterior, de modo que a posterior delimitação não fere a isonomia, mas a pressupõe (JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Sistema de Registro de Preços e Pregão. Belo Horizonte: Fórum).

### **3. Da jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná**

A questão encontra respaldo direto e específico na jurisprudência recente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que enfrentou, em pelo menos dois processos julgados na mesma sessão de 1º de julho de 2024, a legalidade da exigência de marcas específicas em editais de aquisição de pneus, quando precedida de estudos técnicos e de processo regular de pré-qualificação ou padronização fundado na Lei nº 14.133/2021.

No Acórdão nº 1899/2024 — Tribunal Pleno (Processo nº 665.947/2023, Relator Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva), o TCE-PR apreciou representação formulada contra pregão eletrônico do Município de São Jerônimo da Serra para registro de preços visando à aquisição de pneus, no qual o edital indicava marcas específicas. O Tribunal rejeitou a arguição de restrição à competitividade, reconhecendo a legalidade da prática à luz dos princípios da padronização e da isonomia. A defesa do município amparou-se expressamente na Lei nº 14.133/2021 e em estudos técnicos prévios realizados por comissão designada, que fundamentaram a padronização e a pré-qualificação das marcas indicadas. O Tribunal julgou a representação improcedente, assentando que a padronização é viável quando precedida de processo técnico regular. A ementa do julgado é a seguinte:

*Representação da Lei de Licitações. Município de São Jerônimo da Serra. Pregão Eletrônico. Aquisição de pneus. Indicação de marcas. Pré-qualificação. Padronização viável. Pela improcedência.*

(TCE-PR, Acórdão nº 1899/2024, Tribunal Pleno, Processo nº 665.947/2023, Sessão de 01/07/2024, Publicado no DETC nº 3.250, em 15/07/2024, Relator Cons. Maurício Requião de Mello e Silva.)

No mesmo sentido, o Acórdão nº 1872/2024 — Tribunal Pleno (Processo nº 221.490/2024, Relator Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares) apreciou recurso de agravo interposto contra decisão que havia deixado de receber representação formulada contra pregão eletrônico do Município de





Bituruna para aquisição de pneus, câmaras e protetores, no qual o edital exigia marcas específicas com fundamento em decreto municipal editado a partir de estudos técnicos realizados pela própria municipalidade. O Tribunal negou provimento ao recurso, mantendo a decisão que não recebera a representação, por ausência de indícios suficientes de ilegalidade ou lesividade ao erário. A ementa é a seguinte:

*Recurso de Agravo. Decisão que deixou de receber Representação da Lei de Licitações. Exigência de marcas específicas em edital de licitação para aquisição de pneus e produtos correlatos. Possibilidade. Decreto Municipal editado com base em estudos realizados pela municipalidade. Questão já analisada por este Tribunal de Contas em Representação envolvendo a mesma exigência em edital anterior do mesmo Município. Argumentação essencialmente genérica. Ausência de indícios suficientes da prática de ato lesivo ao erário, ilegal ou contrário aos princípios da Administração Pública, que justificassem o recebimento da Representação. Pelo não provimento.*

(TCE-PR, Acórdão nº 1872/2024, Tribunal Pleno, Processo nº 221.490/2024, Sessão de 01/07/2024, Publicado no DETC nº 3.249, em 12/07/2024, Relator Cons. Ivens Zschoerper Linhares.)

Extraí-se dos dois precedentes, em conjunto, orientação jurisprudencial convergente: a indicação de marcas específicas em licitação para aquisição de pneus é admitida pelo TCE-PR quando (i) precedida de estudos técnicos formalizados pela Administração, (ii) ancorada em ato normativo municipal que confira fundamentação à escolha, e (iii) realizada mediante processo prévio aberto à participação de todos os interessados, assegurada a isonomia.

O procedimento adotado pelo Município de Bela Vista do Paraíso atende integralmente a esses três requisitos: há estudos técnicos que fundamentaram a pré-qualificação, há respaldo no Decreto Municipal nº 65/2025, e há chamada pública amplamente divulgada, concluída com a homologação de treze marcas distintas em 6 de outubro de 2025.

#### **4. Do interesse público**

A adoção do presente procedimento atende ao interesse público sob dupla perspectiva.

Sob o aspecto da segurança e da qualidade, assegura que os pneus adquiridos com recursos municipais apresentem padrão técnico mínimo verificado previamente, reduzindo o risco de acidentes com agentes públicos e terceiros, a necessidade de substituição prematura dos rodantes e o consequente desperdício de recursos públicos.

Sob o aspecto da eficiência administrativa, confere previsibilidade e segurança jurídica ao processo de compras, ao delimitar antecipadamente o universo de bens elegíveis, em conformidade com os princípios da eficiência e da economicidade inscritos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e no art. 37, caput, da Constituição Federal.

O procedimento atende, ainda, à diretriz de planejamento das contratações públicas, consagrada no art. 12 da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual as contratações devem ser precedidas de planejamento adequado, com vistas à melhor relação entre os recursos empregados e os resultados obtidos.

#### **5. Da conclusão**

Diante do exposto, a contratação de pneus com restrição às marcas pré-qualificadas no âmbito do Edital nº 9/2025 encontra fundamento expresso no art. 78, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e no





Decreto Municipal nº 65/2025, está em conformidade com os princípios da isonomia, da competitividade, da eficiência e da economicidade, e atende ao interesse público municipal.

A viabilidade jurídica da medida é corroborada pela jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que, nos Acórdãos nº 1899/2024 e nº 1872/2024, ambos do Tribunal Pleno, reconheceu a legalidade da exigência de marcas específicas em licitações de pneus quando precedida de estudos técnicos e de processo regular de pré-qualificação ou padronização.

### **1. Descrição da solução (objeto a ser contratado)**

Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de pneus para atender a demanda de veículos pertencentes à frota do Município de Bela Vista do Paraíso/PR.

**1.1. Levantamento de Dados: a) A contratação está adequada ao planejamento do setor requisitante? b) Há contratação anterior? Se sim, apresentou inconsistências a serem combatidas nesta contratação? c) Este estudo considerou as diversas alternativas possíveis para definir pelo presente objeto? Justificar cada resposta.**

a) Sim, foram feitos levantamentos para o atendimento do objeto;

b) Sim, há contratação anterior, a qual apresentou inconsistências.

As aquisições anteriores de pneus realizadas pelo Município sem a adoção de critérios técnicos prévios de qualidade revelaram inconsistências operacionais e financeiras que comprometeram tanto a segurança da frota quanto a economicidade das contratações. Na prática, o critério exclusivo do menor preço imediato prevalecia em detrimento do menor custo ao longo do ciclo de vida do bem. Os pneus adquiridos sem controle prévio de qualidade apresentaram, de forma reiterada, os seguintes problemas:

Primeiro, desgaste prematuro e vida útil reduzida. Pneus fabricados com compostos de borracha de qualidade inferior perdem sua capacidade de atrito e aderência em período significativamente menor do que o esperado para o tipo de serviço ao qual são destinados, obrigando o Município a realizar substituições em intervalo inferior ao projetado no planejamento orçamentário, com consequente aumento do custo total da contratação.

Segundo, risco aumentado de falhas estruturais e acidentes. A baixa qualidade da carcaça e das lonas internas torna o pneu mais suscetível a furos, bolhas e estouros — eventos que colocam em risco a integridade física dos condutores e passageiros, dos operadores de máquinas e de terceiros que transitam nas vias em que os veículos da frota municipal circulam.

Terceiro, aceleração do desgaste mecânico dos veículos. Pneus com calibragem inadequada ou com carcaça estruturalmente deficiente transmitem vibrações excessivas à suspensão, ao sistema de direção e aos rolamentos dos veículos, provocando desgaste prematuro dessas peças e gerando custos de manutenção mecânica que, somados ao custo da substituição antecipada dos próprios pneus, superam em muito o eventual ganho obtido com a aquisição do produto de menor preço. No contexto da frota municipal, em que os veículos são submetidos a uso intensivo e a condições de tráfego adversas — estradas rurais, obras e pavimentos irregulares —, esse efeito é particularmente pronunciado e de difícil reversão.



Quarto, incompatibilidade com as exigências de certificação do INMETRO. Pneus de procedência duvidosa ou de fabricantes sem processo produtivo padronizado podem não atender aos índices mínimos de eficiência energética e de aderência em pista molhada exigidos pela Portaria INMETRO nº 544/2012, o que representa não apenas risco operacional, mas também eventual responsabilidade do gestor pela aquisição de produto em desconformidade com norma técnica obrigatória.

Quinto, dificuldade de responsabilização em caso de vícios e ausência de garantia efetiva. Marcas sem histórico técnico verificado ou sem representação comercial estruturada no mercado nacional dificultam o exercício dos direitos do Município em caso de vício do produto, tornando ineficaz a garantia contratual eventualmente prevista e impondo ao erário o custo integral da substituição prematura do bem.

A esses cinco problemas somam-se, ainda, consequências indiretas: o aumento do consumo de combustível decorrente da maior resistência ao rolamento de pneus deteriorados, o impacto sobre a manutenção mecânica dos veículos em razão de vibrações e desequilíbrios gerados por pneus fora de especificação, e a interrupção de serviços essenciais nos períodos em que os veículos ficam imobilizados aguardando substituição de pneus com vida útil precocemente encerrada.

O registro fotográfico colacionado ao Processo Administrativo nº 38/2025 constitui prova material das consequências práticas da ausência de critério técnico nas aquisições anteriores, demonstrando de forma inequívoca que os problemas acima descritos não são hipotéticos: são ocorrências verificadas e documentadas na própria frota municipal.

### **1.2. Descrição dos Requisitos da contratação**

Apenas marcas homologadas no âmbito do Edital n.º 9/2025 de pré-qualificação do Município.

Que a oferta de produto de marca diversa importará desclassificação imediata da proposta.

Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo.

Prazo de fabricação não superior a 6 meses no momento da entrega — requisito já validado pelo TCE-PR no Acórdão nº 679/2024 sem ressalva de ilegalidade.

Prazo de entrega não superior a 15 dias corridos após o recebimento da ordem de fornecimento com entrega no local designado pelo Município, sem ônus de frete para a Administração.

Certificação INMETRO com etiquetagem de eficiência energética: A Portaria INMETRO nº 379/2021 institui a etiquetagem obrigatória de pneus com três indicadores de desempenho: resistência ao rolamento (eficiência energética), aderência em pista molhada (segurança) e emissão de ruído externo. A resistência ao rolamento tem impacto direto no consumo de combustível dos veículos — pneus com melhor classificação nesse quesito reduzem o gasto energético da frota, com reflexos no custo operacional e nas emissões de CO<sub>2</sub>: Resistência ao Rolamento e Aderência no Molhado: D ou superior.

Certidão de regularidade junto ao IBAMA quanto à destinação de pneus inservíveis (logística reversa): A Resolução CONAMA nº 416/2009 e a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) impõem ao fabricante e ao importador a obrigação de coletar e dar destinação ambientalmente adequada aos pneus inservíveis.



Índice de carga e Índice de velocidade mínimos: trata-se de especificações de segurança estrutural do pneu, não meros atributos de qualidade. Cada veículo possui, em seu manual técnico e na plaqueta de identificação do fabricante, os índices mínimos exigidos para operação segura. Colocar um pneu com índice de carga inferior ao especificado para o veículo significa operar acima da capacidade estrutural do pneu — risco direto de estouro, perda de controle e acidente. O mesmo vale para o índice de velocidade em veículos que operam acima do limite do pneu fornecido. Exigir índices mínimos no edital não é restrição à competitividade — é definição correta do objeto contratado. Um pneu que não atende ao índice exigido pelo fabricante do veículo simplesmente não serve ao propósito da contratação.

### **1.3. Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas (justificar utilizando histórico de contratações anteriores, quantidade de beneficiados ou outro meio estatístico)**

A quantidade de pneus, por categoria, foi estimada em relatório emitido pelo sistema de controle de saldo das aquisições realizadas nos anos 2024 e 2025.

## **2. Pesquisa de Mercado e Estimativa do Valor da Contratação**

### **2.1. Registro e análise das informações**

A pesquisa de preços (em anexo) resultou na lista abaixo, tendo sido utilizada para a definição do valor da contratação a média saneada:

#### **PNEU 175/70R13 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 82, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 349,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 368,00
Pneucar	R\$ 364,00
Guará Pneus	R\$ 420,00
FG Pneus	R\$ 380,00
Magalu ( Internet)	R\$ 279,00
PneuStore ( Internet)	R\$ 440,34
Carrefour ( Internet)	R\$ 319,00
Mun. Tamarana (PR)	R\$ 230,00
Mun. Mariópolis (PR)	R\$ 231,99
MunStoAntonio Barra ( GO)	R\$ 560,00

#### **PNEU 175/65R14 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 82, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 349,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 384,00
Pneucar	R\$ 375,00
Guará Pneus	R\$ 480,00
FG Pneus	R\$ 380,00



GP Pneus	R\$ 358,00
Magalu ( Internet)	R\$ 372,64
PneuStore ( Internet)	R\$ 344,90
Carrefour ( Internet)	R\$ 309,90
Mun. Tamarana (PR)	R\$ 270,00
Mun. Mariópolis (PR)	R\$ 2440,00
MunStoAntonio Barra ( GO)	R\$ 593,24

**PNEU 175/70R14 PARA AUTOMÓVEL COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 84, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 379,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 410,00
Pneucar	R\$ 429,00
Guará Pneus	R\$ 840,00
FG Pneus	R\$ 430,00
GP Pneus	R\$ 405,00
Magalu ( Internet)	R\$ 384,90
PneuStore ( Internet)	R\$ 393,52
Carrefour ( Internet)	R\$ 329,90
Mun. Tamarana (PR)	R\$ 230,00
Mun. Mariópolis (PR)	R\$ 246,00

**PNEU 175/70R14 PARA UTILITÁRIO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 379,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 428,00
Pneucar	R\$ 511,00
Guará Pneus	R\$ 840,00
FG Pneus	R\$ 440,00
Magalu ( Internet)	R\$ 368,91
PneuStore ( Internet)	R\$ 505,80
Carrefour ( Internet)	R\$ 597,01

**PNEU 185/65R14 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 86, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 389,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 485,00
Pneucar	R\$ 414,00



Guará Pneus	R\$ 560,00
FG Pneus	R\$ 440,00
GP Pneus	R\$ 418,00
Magalu ( Internet)	R\$ 577,17
PneuStore ( Internet)	R\$ 414,90
Carrefour ( Internet)	R\$ 465,32
Mun. Tamarana (PR)	R\$ 280,00
MunStoAntonio Barra ( GO)	R\$ 593,24

**PNEU 185/70R14 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 429,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 472,00
Pneucar	R\$ 457,00
Guará Pneus	R\$ 540,00
FG Pneus	R\$ 490,00
GP Pneus	R\$ 459,00
Magalu ( Internet)	R\$ 471,04
PneuStore ( Internet)	R\$ 428,98
Carrefour ( Internet)	R\$ 454,72
Mun. Mariópolis (PR)	R\$ 278,00

**PNEU 185/60R15 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 84, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 439,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 454,00
Pneucar	R\$ 475,00
Guará Pneus	R\$ 670,00
FG Pneus	R\$ 500,00
GP Pneus	R\$ 482,00
Magalu ( Internet)	R\$ 509,98
PneuStore ( Internet)	R\$ 520,57
Carrefour ( Internet)	R\$ 507,06
MunStoAntonio Barra ( GO)	R\$ 644,39

**PNEU 185/65R15 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 439,00
--	------------



Auto Center Bandeirantes	R\$ 485,00
Pneucar	R\$ 469,00
Guará Pneus	R\$ 720,00
FG Pneus	R\$ 510,00
GP Pneus	R\$ 491,00
Magalu ( Internet)	R\$ 576,21
PneuStore ( Internet)	R\$ 293,80
Mun. Mariópolis (PR)	R\$ 240,00
MunStoAntonio Barra ( GO)	R\$ 644,39

**PNEU 195/55R15 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 85, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 439,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 440,00
Pneucar	R\$ 474,00
Guará Pneus	R\$ 620,00
FG Pneus	R\$ 470,00
GP Pneus	R\$ 419,00
Magalu ( Internet)	R\$ 493,91
PneuStore ( Internet)	R\$ 449,90
Carrefour ( Internet)	R\$ 441,22
Mun Tamarana (PR)	R\$ 270,00
Mun. Mariópolis (PR)	R\$ 249,00

**PNEU 195/75R16 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 969,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 1.098,00
Pneucar	R\$ 531,00
Guará Pneus	R\$ 950,00
FG Pneus	R\$ 1.100,00
Magalu ( Internet)	R\$ 930,71
PneuStore ( Internet)	R\$ 1.224,89
Carrefour ( Internet)	R\$ 1.098,94
Mun. Mariópolis (PR)	R\$ 359,00

**PNEU 185R14 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**





Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 699,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 665,00
Pneucar	R\$ 597,00
Guará Pneus	R\$ 800,00
FG Pneus	R\$ 735,00
Magalu ( Internet)	R\$ 747,63
PneuStore ( Internet)	R\$ 784,43
Carrefour ( Internet)	R\$ 469,30
Mun. Mariópolis (PR)	R\$ 298,00

**PNEU 205/75R16 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 959,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 882,00
Pneucar	R\$ 848,00
Guará Pneus	R\$ 1.280,00
FG Pneus	R\$ 1.000,00
GP Pneus	R\$ 874,00
MunStoAntonio Barra ( GO)	R\$ 1.000,00

**PNEU 215/65R16 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 98, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 619,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 658,00
Pneucar	R\$ 651,00
Guará Pneus	R\$ 750,00
FG Pneus	R\$ 650,00
GP Pneus	R\$ 678,00
Magalu ( Internet)	R\$ 916,37
PneuStore ( Internet)	R\$ 688,52
MunStoAntonio Barra ( GO)	R\$ 848,95

**PNEU 225/65R16 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 1.269,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 1.328,00
Pneucar	R\$ 542,00
Guará Pneus	R\$ 1.600,00





FG Pneus	R\$ 1.100,00
Magalu ( Internet)	R\$ 1.329,91
PneuStore ( Internet)	R\$ 1.413,52
Mun. Mariópolis (PR)	R\$ 410,00
Mun Sto Antonio Barra ( GO)	R\$ 1.483,11

**PNEU 195/75R16C COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 969,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 1.098,00
Pneucar	R\$ 747,00
Guará Pneus	R\$ 950,00
FG Pneus	R\$ 1.100,00
Magalu ( Internet)	R\$ 836,91

**PNEU 225/75R16 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 1.329,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 1.268,00
Pneucar	R\$ 604,00
Guará Pneus	R\$ 1.480,00
FG Pneus	R\$ 1.150,00
GP Pneus	R\$ 1.667,00

**PNEU 215/75R17.5 DESENHO DIRECIONAL, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 1.459,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 1.510,00
Pneucar	R\$ 843,00
Guará Pneus	R\$ 1.750,00
FG Pneus	R\$ 1.500,00
PneuStore ( Internet)	R\$ 1.750,13
Mun Tamarana (PR)	R\$ 680,00
Mun. Mariópolis (PR)	R\$ 590,00

**PNEU 215/75R17.5 DESENHO DIRECIONAL, PARA UTILIZAÇÃO PREDOMINANTE EM ESTRADAS PAVIMENTADAS, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE**



**DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 1.279,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 1.248,00
Pneucar	R\$ 833,00
Guará Pneus	R\$ 1.650,00
FG Pneus	R\$ 1.400,00
MunStoAntonio Barra ( GO)	R\$ 1.680,00

**PNEU 235/75R17,5 TIPO RADIAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 130, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 1.729,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 1.590,00
Pneucar	R\$ 989,00
Guará Pneus	R\$ 1.900,00
FG Pneus	R\$ 1.850,00
Mun. Mariópolis (PR)	R\$ 743,00

**PNEU 1000R20 BORRACHUDO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 2.959,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 2.980,00
Pneucar	R\$ 2.446,00
Guará Pneus	R\$ 3.300,00
FG Pneus	R\$ 2.900,00
Mun Tamarana (PR)	R\$ 1.920,00
Mun. Mariópolis (PR)	R\$ 2.200,00
MunStoAntonio Barra ( GO)	R\$ 3.017,36

**PNEU 1000R20, LISO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 2.749,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 2.658,00
Pneucar	R\$ 2.342,00
Guará Pneus	R\$ 3.100,00
FG Pneus	R\$ 2.500,00
Magalu ( Internet)	R\$ 2.182,24



Mun Tamarana (PR)	R\$ 1.890,00
Mun. Mariópolis (PR)	R\$ 1.688,96
MunStoAntonio Barra ( GO)	R\$ 2.863,93

**PNEU 275/80R22.5 TIPO RADIAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 18 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 2.989,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 2.658,00
Pneucar	R\$ 2.100,00
Guará Pneus	R\$ 2.900,00
FG Pneus	R\$ 2.600,00
Magalu ( Internet)	R\$ 2.948,29
Mun Tamarana (PR)	R\$ 1.425,00
Mun. Mariópolis (PR)	R\$ 1.500,00

**PNEU 275/80R22.5 TIPO RADIAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, PARA UTILIZAÇÃO PREDOMINANTE EM ESTRADAS PAVIMENTADAS, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 2.859,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 2.840,00
Pneucar	R\$ 2.134,00
Guará Pneus	R\$ 3.000,00
FG Pneus	R\$ 2.500,00
Magalu ( Internet)	R\$ 3.367,21
PneuStore( Internet)	R\$ 2.587,10
MunStoAntonio Barra ( GO)	R\$ 3.170,78

**PNEU 750-16 PARA TRATOR, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, DESENHO DIRECIONAL, 2 OU 3 RAIAS, COM NO MÍNIMO 8 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 799,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 898,00
Pneucar	R\$ 771,00
Guará Pneus	R\$ 1.100,00
FG Pneus	R\$ 1.260,00
Carrefour ( Internet)	R\$ 1.093,70

**PNEU 10.16.5 PARA BOB CAT, COM NO MÍNIMO 12 LONAS.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 1.699,00
--	--------------



Auto Center Bandeirantes	R\$ 1.350,00
Guará Pneus	R\$ 2.400,00
FG Pneus	R\$ 2.520,00

**PNEU 12-16.5 PARA MINICARREGADEIRA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIN14652)**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$1.799,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 1.665,00
Pneucar	R\$ 1.666,00
Guará Pneus	R\$ 2.880,00
FG Pneus	R\$ 4.350,00
Magalu ( Internet)	R\$ 2.141,16
Mun Tamarana (PR)	R\$ 746,50
Mun. Mariópolis (PR)	R\$ 750,00
MunStoAntonio Barra ( GO)	R\$ 2.659,37

**PNEU 12.5/80-18 PARA RETROESCAVADEIRA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 16 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 2.169,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 2.030,00
Guará Pneus	R\$ 3.200,00
FG Pneus	R\$ 4.500,00
Mun. Mariópolis (PR)	R\$ 1.150,00

**PNEU 1400-24 PARA RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, 16 LONAS, DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 4.259,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 4.050,00
Pneucar	R\$ 4.059,00
Guará Pneus	R\$ 5.600,00
FG Pneus	R\$ 7.000,00
Mun Tamarana (PR)	R\$ 2.282,00

**PNEU 12.4-24, AGRÍCOLA, MÍNIMO 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 2.399,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 2.440,00
Pneucar	R\$ 2.394,00
Guará Pneus	R\$ 2.700,00
FG Pneus	R\$ 4.480,00



Mun Tamarana (PR)

R\$ 1.247,50

**PNEU 19.5-24, AGRÍCOLA, COM NO MÍNIMO 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 5.999,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 4.460,00
Pneucar	R\$ 5.516,00
Guará Pneus	R\$ 6.500,00
FG Pneus	R\$ 8.120,00
Mun Tamarana (PR)	R\$ 2.274,89
Mun. Mariópolis (PR)	R\$ 2.400,00

**PNEU 17.5-25 COM CÂMARA E PROTETOR, L3, COM NO MÍNIMO 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 7.503,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 4.780,00
Pneucar	R\$ 6.453,00
Guará Pneus	R\$ 5.200,00
FG Pneus	R\$ 9.585,00
Mun. Mariópolis (PR)	R\$ 2.800,00

**PNEU 23.1-26 R1 PARA TRATOR E COLHEITADEIRA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 8.599,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 7.580,00
Pneucar	R\$ 7.597,00
Guará Pneus	R\$ 8.800,00
FG Pneus	R\$ 1.500,00
Mun Tamarana (PR)	R\$ 4.900,00
Mun. Mariópolis (PR)	R\$ 4.999,00

**PNEUS 1400 – 24, 16 LONAS PARA MOTONIVELADORA, COM LARGURA NA BANDA DE RODAGEM MÍNIMA DE 33 CM, GARRA LARGA DE 7 CM DE LARGURA E 3 CM DE PROFUNDIDADE PARA USO COM CAMARA, DATA DE FABRICAÇÃO (DOT) NÃO SUPERIOR A 06 (MESES) DA DATA DE ENTREGA. O PRODUTO DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE. PRODUTO NOVO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, COM SELO E REGISTRO INMETRO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 4.259,00
Auto CenterBandeirantes	R\$ 4.450,00
Pneucar	R\$ 4.059,00
GuaráPneus	R\$ 5.600,00



FG Pneus	R\$ 7.000,00
Mun. Mariópolis (PR)	R\$ 5.500,00

**PNEU 7.50R16 FRISADO AGRÍCOLA 10 LONAS, PRODUTO NOVO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, COM SELO E REGISTRO INMETRO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 799,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 898,00
Pneucar	R\$ 906,00
Guará Pneus	R\$ 1.100,00
FG Pneus	R\$ 1.260,00
Magalu ( Internet)	R\$ 774,17
Mun Tamarana (PR)	R\$ 900,00

**PNEU 175/75 R13, RADIAL, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 82, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 285,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 278,00
Pneucar	R\$ 334,00

**PNEU 175/75 R14 RADIAL, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 82, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 285,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 320,00
Pneucar	R\$ 344,00
PneuStore( Internet)	R\$ 344,90

**PNEU 185/60 R14RADIAL, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 82, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 439,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 440,00
Pneucar	R\$ 450,00
FG Pneus	R\$ 420,00
PneuStore( Internet)	R\$ 409,90

**PNEU 195/65 R16, ESTRUTURA: PNEU RADIAL, ADERÊNCIA: A, TEMPERATURA: A, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 104, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Auto Center Bandeirantes	R\$ 610,00
--------------------------	------------



Magalu (internet)	R\$ 968,69
PneuStore( Internet)	R\$ 1.227,68
Mun. Mariópolis (PR)	R\$ 426,00

**PNEU 20.5-25, COM ANEL, 16 LONAS, PNEU 20.5-25 16 LONAS; CONSTRUÇÃO: DIAGONAL; TIPO: SEM CÂMARA; APLICAÇÃO: TERRA; COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 174, ÍNDICE DE VELOCIDADE B, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 8.999,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 7.798,00
Pneucar	R\$ 7.805,00
Guará Pneus	R\$ 13.000,00
FG Pneus	R\$ 16.000,00
GP Pneus	R\$ 13.089,00
Mun Tamarana (PR)	R\$ 4.088,00

**PNEU 20X10-10 CORTADOR DE GRAMA, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 93, ÍNDICE DE VELOCIDADE A3, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 7,6MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 649,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 454,00
Pneucar	R\$ 438,00
Guará Pneus	R\$ 900,00
Magalu ( Internet)	R\$ 525,45

**PNEU 215/55 R17, RADIAL, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 689,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 635,00
Pneucar	R\$ 706,00
Guará Pneus	R\$ 980,00
FG Pneus	R\$ 800,00
Magalu ( Internet)	R\$ 759,91
PneuStore( Internet)	R\$ 795,80

**PNEU 215/80 R16, SEM CÂMARA, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 919,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 958,00





Guará Pneus	R\$ 1.100,00
FG Pneus	R\$ 900,00
Magalu ( Internet)	R\$ 1.499,20

**PNEU 285/70 R19.5, RADIAL, SEM CAMARA, 18 LONAS, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 150/148, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 1.649,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 3.480,00
Pneucar	R\$ 1.405,00
Guará Pneus	R\$ 2.100,00
Carrefour ( Internet)	R\$ 1.486,07
Mun. Mariópolis (PR)	R\$ 1.200,00

**PNEU 295/80 R 22.5 RADIAL, BORRACHUDO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 152/148, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 3.309,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 3.080,00
Pneucar	R\$ 2.498,00
Guará Pneus	R\$ 3.800,00
FG Pneus	R\$ 2.900,00
Mun Tamarana (PR)	R\$ 1.690,00
Mun. Mariópolis (PR)	R\$ 1.575,00
MunStoAntonio Barra ( GO)	R\$ 3.477,63

**PNEU 295/80 R.22.5 TRAÇÃO MISTO, 18 LONAS, RADIAL, BORRACHUDO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 151, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 3.289,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 3.068,00
Pneucar	R\$ 2.550,00
Guará Pneus	R\$ 3.300,00
FG Pneus	R\$ 3.000,00
Magalu ( Internet)	R\$ 3.655,28
Mun. Mariópolis (PR)	R\$ 1.648,99

**PNEU 295/80 R22,5, TIPO DE VEÍCULOS: CAMINHÕES; 16 LONAS; CONSTRUÇÃO RADIAL LISO; COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 22MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**



Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 2.929,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 2.698,00
Pneucar	R\$ 2.498,00
Guará Pneus	R\$ 3.600,00
FG Pneus	R\$ 2.800,00
Mun Tamarana (PR)	R\$ 1.695,00
MunStoAntonio Barra ( GO)	R\$ 3.273,07

**PNEU 7.50-16, LISO, 10 LONAS, CONSTRUÇÃO: DIAGONAL; TIPO: COM CÂMARA; APLICAÇÃO: TODO TERRENO. COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 116, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 999,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 978,00
Pneucar	R\$ 771,00
Guará Pneus	R\$ 1.100,00
FG Pneus	R\$ 1.060,00
Magalu ( Internet)	R\$ 1.082,76
Carrefour ( Internet)	R\$ 1.022,07

**PNEU AGRÍCOLA 18.4-30, 12 LONAS, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE VELOCIDADE A8, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Diniz Comercio Pneus Ltda ( Guaporé Pneus)	R\$ 5.199,00
Auto Center Bandeirantes	R\$ 4.530,00
Pneucar	R\$ 4.371,00
Guará Pneus	R\$ 5.200,00
FG Pneus	R\$ 8.400,00
Magalu ( Internet)	R\$ 6.425,43
Mun Tamarana (PR)	R\$ 2.443,50

**PNEU 11X6.00-5, NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO, ECOLÓGICO OU SIMILAR. COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE A8, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

Auto Center Bandeirantes	R\$ 228,00
Guará Pneus	R\$ 300,00
Magalu ( Internet)	R\$ 1.126,82
Mun Tamarana (PR)	R\$ 1.328,18

## **2.2. Decisão pelo Parcelamento ou Não da Aquisição**



Conforme a Lei de Licitações, é obrigatório realizar o parcelamento quando o objeto for divisível, e o parcelamento for tecnicamente viável e economicamente vantajoso. É necessário avaliar se a solução é divisível ou não, levando-se em conta o mercado que a fornece.

A solução será parcelada se as quatro afirmativas abaixo forem verdadeiras:

- |   |  |                                |
|---|--|--------------------------------|
| É tecnicamente viável dividir a solução     | <input checked="" type="checkbox"/> Verdadeiro | <input type="checkbox"/> Falso |
| É economicamente viável dividir a solução   | <input checked="" type="checkbox"/> Verdadeiro | <input type="checkbox"/> Falso |
| Não há perda de escala ao dividir a solução | <input checked="" type="checkbox"/> Verdadeiro | <input type="checkbox"/> Falso |
| Amplia a competição ao dividir a solução    | <input checked="" type="checkbox"/> Verdadeiro | <input type="checkbox"/> Falso |

### 3. Verificação de Enquadramento no Programa Bela Vista do Paraíso Compra (Lei n.º 1446/2022)

Existem três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte ou MEIs sediados no município, capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste instrumento? Em caso afirmativo, a pesquisa foi anexada aos autos? A realização de licitação exclusiva para participação local irá: Promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local ou Ampliar a eficiência das políticas públicas do município ou Fomentar o desenvolvimento local, através do apoio aos arranjos produtivos locais?

Não existem 3 fornecedores do objeto em Bela Vista do Paraíso.

### 4. Análise de riscos

#### 4.1 Análise de riscos

Risco	Descrição	Probabilidade	Impacto	Ações de Prevenção	Ações de Contingência	Responsável pelas ações
Risco 1	Entrega de pneus fora do prazo de fabricação exigido (superior a 6 meses)	Média	Alto	Exigir indicação do número DOT na proposta e na nota fiscal. Instruir servidor responsável pelo recebimento a verificar o DOT de todos os itens antes do recebimento provisório. Prever prazo de 5 dias úteis para recebimento definitivo, condicionado à	Rejeição imediata do lote inconforme. Notificação do fornecedor para substituição em até 5 dias úteis. Aplicação da multa por entrega em desconformidade. Registro da ocorrência para avaliação do fornecedor em futuras contratações.	Fiscalização contratual.



Risco	Descrição	Probabilidade	Impacto	Ações de Prevenção	Ações de Contingência	Responsável pelas ações
				confirmação da conformidade.		
Risco 2	Fornecimento de produto de marca distinta da pré-qualificada no Edital nº 9/2025	Média	Alto	Prever cláusula contratual vedando a substituição de marca sem autorização prévia do Município. Exigir nota fiscal com identificação da marca e modelo no ato da entrega. Estabelecer que entrega de marca não pré-qualificada importa rejeição e abertura de processo sancionatório.	Rejeição do lote e notificação para substituição em 5 dias úteis. Se comprovada impossibilidade, autorizar motivadamente substituição por outra marca pré-qualificada. Aplicação das sanções contratuais cabíveis.	Fiscalização contratual.
Risco 3	Impugnação do edital ou representação ao TCE-PR questionando a restrição às marcas pré-qualificadas	Alta	Médio	Garantir processo administrativo da pré-qualificação completo e organizado (registro fotográfico, estudos técnicos, publicidade da chamada pública e ata de homologação). Inserir no edital do pregão	Elaborar defesa técnico-jurídica imediata no prazo regimental, instruída com toda a documentação da pré-qualificação. Requerer oitiva prévia do Município antes de eventual cautelar. Manter cadastro de fornecedores substitutos entre as marcas pré-	Departamento de Administração e Procuradoria Jurídica



Risco	Descrição	Probabilidade	Impacto	Ações de Prevenção	Ações de Contingência	Responsável pelas ações
				fundamentação jurídica da restrição com referência ao art. 78, §1º, II, da Lei nº 14.133/2021, ao Decreto nº 65/2025 e aos Acórdãos nº 1872/2024 e nº 1899/2024 do TCE-PR.	qualificadas para retomada célere do certame.	
<b>Risco 4</b>	Desabastecimento durante a vigência da Ata de Registro de Preços por inadimplência ou incapacidade do fornecedor registrado	<b>Baixa a média</b>	<b>Alto</b>	Estruturar o registro de preços com cadastro de reserva (art. 86 da Lei nº 14.133/2021), convocando mais de um fornecedor por item em ordem de classificação. Planejar estoque mínimo de segurança para itens de maior rotatividade na frota.	Convocar fornecedor imediatamente subsequente na ordem de classificação. Se inexistir cadastro de reserva para o item, realizar contratação direta por dispensa emergencial (art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021). Registrar inadimplemento e aplicar sanções ao fornecedor faltoso.	Departamento de Administração e Divisão de Licitação
<b>Risco 5</b>	Sobrepço na pesquisa de preços de referência pela redução do universo de fornecedores consultáveis	<b>Média</b>	<b>Médio</b>	Realizar pesquisa com no mínimo três fontes (fornecedores das marcas pré-qualificadas, Painel de Preços gov.br, atas de	Apresentar ao TCE-PR detalhamento metodológico da pesquisa com todas as fontes e critérios utilizados. Se constatado	Departamento de Administração.



Risco	Descrição	Probabilidade	Impacto	Ações de Prevenção	Ações de Contingência	Responsável pelas ações
				registro de preços recentes de municípios paranaenses e sistema do Banco de Preços do TCE-PR). Documentar todas as fontes e aplicar tratamento estatístico, descartando cotações inexequíveis ou manifestamente acima da média.	sobrepço após a contratação, promover aditivo de redução ou rescisão motivada, comunicando o fato ao controle interno municipal.	

**Legenda:** ■ Alta / Alto ■ Média / Médio ■ Baixa a Média / Baixo

Análise e avaliação dos riscos:

Dentre os riscos elencados acima, aqueles com probabilidade de ocorrência alta e impacto alto foram analisados para avaliar a viabilidade da contratação. Nesse sentido, importa garantir que as ações de prevenção e contingência sejam efetivadas em todas as etapas do processo de contratação, **o que será providenciado mediante protocolo do presente com os responsáveis pela mitigação.**

**5. Providências a Serem Adotadas (caso haja necessidade de adequação do local, contratações simultâneas ou antecedentes, etc)**

Não existe necessidade de capacitação de servidores nem de adequação do local para essa contratação.

**6. Resultados Pretendidos (aumento da produtividade, eficiência, atendimento de legislação, etc)**

Proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores municipais e trazer mais segurança aos que estiverem nos veículos oficiais pertencentes a frota do Município de Bela Vista do Paraíso – Paraná.

**7. Declaração da Viabilidade**

Diante do exposto no presente estudo técnico preliminar, declara-se que a contratação é viável, necessária e adequada a este órgão.



Município de  
**Bela Vista  
do Paraíso**

Bela Vista do Paraíso, 30 de abril de 2026.

**Elaborado por:**

AUREA MARINHO  
Apoio Administrativo- Contrato 031-2025

**Aprovado por:**

ADAUTO DE ANDRADE BATISTA  
Diretor do Departamento de Administração





**ANEXO II**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PROCESSO Nº:     /2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº     /2026**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº**

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, o Município de \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito público, com sede à \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, doravante Denominado **Contratante**, Resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** do(s) Fornecedor(es) abaixo elencado(s), vencedor(es) do Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, sob o regime de compras pelo sistema de aquisição de bens, **conforme especificações constantes do respectivo Edital e seus Anexos**, parte integrante deste instrumento, observadas as disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 057/2023.

**1- OBJETO**

1.1 \_\_\_\_\_, conforme especificações constantes do **Anexo I**, parte integrante deste processo.

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unit.	Valor Total.
------	--------	---------	-----------	-------	-------------	--------------

**2 DO(S) FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S)**

2.1 A partir desta data, fica(m) registrado(s) neste Município, observada a ordem de classificação, os percentuais de desconto do(s) fornecedor(es) registrado(s) a seguir relacionado(s), objetivando o compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a. Fornecedor – lote \_\_\_\_: \_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_, com sede na Rua/Av \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, fax (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, representada por seu(sua) \_\_\_\_\_, Sr(a). \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (nacionalidade e estado civil), residente e domiciliado(a) em \_\_\_\_\_, RG n.º \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_\_.

b. Fornecedor – lote \_\_\_\_: \_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_, com sede na Rua/Av \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, fax (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, representada por seu(sua) \_\_\_\_\_, Sr(a). \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (nacionalidade e estado civil), residente e domiciliado(a) em \_\_\_\_\_, RG n.º \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_\_.



### **3. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO**

3.1 O ajuste com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizado pelo Município, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão n.º XX/2026.

3.2 O compromisso de entrega estará caracterizado mediante o recebimento, pelo Fornecedor, da Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de **Pregão Eletrônico n.º XX/2026**

3.3 O(s) fornecedor(es) registrado(s) fica(m) obrigado(s) a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3.4 A existência do preço registrado não obriga o Município a firmar as contratações que dele poderão advir, caso o preço não se demonstre vantajoso, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurada à detentora da Ata de Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

### **4. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1 A ata de registro de preços terá vigência de 1 (um) ano, podendo, a critério da Administração, ser prorrogada por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

4.2 Esgotados os quantitativos da ata de registro de preços antes do escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o reestabelecimento do quantitativo inicial.

### **5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS**

5.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente ata inclusive o órgão competente deverá nomear gestor específico para acompanhar em todos os seus termos a presente ata de sistema de registro de preços.

5.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

### **6. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021;

6.1.2 decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;



6.1.3 resultante de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados.

6.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.3 Caso o fornecedor que não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4 Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

6.5 No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.6 Para fins do disposto no *item anterior*, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

6.7 Na hipótese de comprovação, o gerenciador procederá a atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.8 Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.

6.9 Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

6.10 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.11 Na prorrogação da ata de registro de preços de vigência de 1 (um) ano, por igual período, e, no seu aniversário, será realizada sua atualização monetária.

## **7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:**

7.1 O fornecedor terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

7.1.1 A pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior.

7.1.2 Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;

7.1.3 Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.4 Por iniciativa da Contratante, quando:



- a. Não cumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços, a que estiver vinculado;
- b. Não retirar a respectiva nota de empenho e/ou não formalizar o contrato decorrente do Registro de Preços, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 156 da Lei 14.133/2021.

## **8. CONDIÇÕES GERAIS**

8.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, *ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA*.

## **9. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.5 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.6 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.



10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

**11. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1 *Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.*

**12. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

12.1 A presente Ata será divulgada no portal do Município [www.pmbvista.pr.gov.br](http://www.pmbvista.pr.gov.br) na imprensa oficial. Após sua assinatura e publicação inicial, os preços registrados serão publicados trimestralmente.

**13. DOS RECURSOS FINANCEIROS**

13.1 As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) nº: .....

**14. DO FORO**

14.1 As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro de Bela Vista do Paraíso, Estado do Paraná, com renúncia de qualquer outro.

14.2 E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Município de Bela Vista do Paraíso - PR, e o(s) fornecedor(es) registrado(s), na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual e teor e forma.

Bela Vista do Paraíso, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Contratante

\_\_\_\_\_  
Contratada

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA E ACOMPANHAMENTO  
DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**



<b>1 – DA EMPRESA PROPONENTE</b>		
Razão social:		
Endereço:		
Bairro:	CEP:	
Cidade:	Estado:	CNPJ:
Conta Corrente nº:	Agência nº	Banco:
IE:	Fone:	e-mail:
<b>2 – DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINAR CONTRATO:</b>		
Nome:		
Função:	Atribuição:	
Data Nasc.:	Estado Civil:	
RG nº:	Emissor:	CPF/MF nº:
Endereço:		
Bairro:	CEP:	
Cidade:	Estado:	
Fone:	Celular:	e-mail:

Declaro sob as penas da lei, serem verdadeiras as informações acima prestadas.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_.

\_\_\_\_\_  
Nome:

RG/CPF

Cargo:

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**



**Ao Agente de Contratação**

Prefeitura Municipal de ....., Estado do Paraná

**LICITAÇÃO Nº** \_\_/\_\_

Pelo presente instrumento, a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, através de seu representante legal infra-assinado, que:

(     ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação, e estando ciente da responsabilidade administrativa, civil e penal.

(     ) Declara que no ano-calendário em curso não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

\*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

**1)** Declara, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina a Lei nº 14.133/21, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

Obs.: Se a licitante possuir menores de 14 (quatorze) anos aprendizes deverá declarar essa condição.

**2)** Declara, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**3)** Declara, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

**4)** Declara, para os devidos fins que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**5)** Declaramos que estamos cientes e concordamos com as condições contidas no Aviso e seus anexos, assumindo a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas como firmes e verdadeiras.





6) Declaramos que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente pelo Licitante e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; que a intenção de apresentar a proposta não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; que não tentamos, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato; que estamos plenamente cientes do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

7) Comprometemo-nos a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

8) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos, instaurados por este Município, que o (a) responsável legal da empresa é o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, Portador(a) do RG sob nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, cuja função/cargo é \_\_\_\_\_ (sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura do Contrato.**

9) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

**E-mail:**

**Telefone (com DDD):**

10) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

11) Declaramos ainda que todo e qualquer fato que importe em modificação da situação ora declarada será imediatamente comunicada ao \_\_\_\_\_, Estado do Paraná.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de 202\_.  
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa

(Nome Legível/Cargo)

#### **ANEXO V**

#### **PROPOSTA**

**(Papel timbrado da empresa)**

A Comissão de Licitação do Município de Bela Vista do Paraíso – PR.



Ref.: Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_ / 202\_.

Prezados Senhores,

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:**

- ▶ RAZÃO SOCIAL:
- ▶ CNPJ E INSCRIÇÃO ESTADUAL:
- ▶ REPRESENTANTE E CARGO:
- ▶ CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:
- ▶ ENDEREÇO E TELEFONE:
- ▶ EMAIL:
- ▶ AGÊNCIA E NÚMERO DA CONTA BANCÁRIA;

Apresentamos e submetemos à apreciação dos Senhores nossa proposta de preços relativa à  
.....,  
objeto da licitação em epígrafe.

Item	Descritivo Produto	Qtde	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
...					

- Prazo de entrega:
- Forma de pagamento:
- Validade da proposta:
- Os preços propostos acima contemplam todos os impostos, encargos, taxas de ordem social, previdenciário, trabalhista, securitários, tributários e despesas com a entrega dos produtos para o Município de Bela Vista do Paraíso.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do representante legal da empresa)